

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

2026  
2030



# PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL

para o Controlo do Cancro

Rumo à redução da mortalidade por cancro e  
ao acesso equitativo a cuidados oncológicos  
de qualidade



GOVERNO  
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE



Organização  
Mundial da Saúde  
São Tomé e Príncipe

# Plano Estratégico Nacional para o Controlo do Cancro

São Tomé e Príncipe | 2026–2030

Rumo à redução da mortalidade por cancro e ao acesso equitativo a cuidados oncológicos de qualidade

## 1. Enquadramento e Mensagem Estratégica

São Tomé e Príncipe encontra-se numa fase crítica da sua trajetória de desenvolvimento em saúde. À medida que o país enfrenta a crescente carga das Doenças Não Transmissíveis, o cancro emerge como uma das principais causas de mortalidade e incapacidade, exigindo uma resposta estruturada, integrada e sustentada.

O aumento da incidência de casos, associado ao diagnóstico tardio, à limitada capacidade de tratamento e à insuficiente integração dos cuidados, coloca o cancro como um dos maiores desafios para o sistema de saúde e para o bem-estar da população.

Para além do impacto direto na mortalidade, o cancro acarreta consequências sociais e económicas significativas, afetando famílias, reduzindo a produtividade e aumentando os custos para o sistema de saúde.

O presente Plano Estratégico Nacional para o Controlo do Cancro 2026–2030 constitui o primeiro instrumento estruturado do país dedicado especificamente à prevenção, deteção precoce, diagnóstico, tratamento e cuidados paliativos em oncologia.

**O controlo do cancro exige uma resposta integrada ao longo de todo o contínuo de cuidados — da prevenção aos cuidados paliativos.**

## 2. Contexto Nacional e Principais Desafios

O cancro representa uma causa crescente de morbilidade e mortalidade em São Tomé e Príncipe, no contexto da evolução do perfil epidemiológico do país.

Estima-se que o cancro seja responsável por aproximadamente 13% das mortes, refletindo uma tendência de aumento associada ao envelhecimento populacional, à elevada exposição a fatores de risco e às limitações no diagnóstico precoce e acesso ao tratamento.

A incidência estimada situa-se em cerca de 94 casos por 100.000 habitantes, embora estes valores devam ser interpretados com cautela devido à inexistência de um registo oncológico populacional plenamente funcional.

Dados nacionais indicam ainda que o cancro constitui uma das principais causas de evacuação médica internacional, representando cerca de 38,7% das evacuações realizadas entre 2019 e 2025, evidenciando a forte dependência de serviços externos para diagnóstico e tratamento especializado.

Os tipos de cancro com maior impacto no país incluem:

- cancro da mama (24,7% dos casos evacuados)
- cancro da próstata (17,9%)
- cancro do colo do útero (9,4%)

A doença afeta frequentemente indivíduos em idade produtiva, com idade média de cerca de 48 anos entre os doentes evacuados, o que acentua o impacto social e económico do cancro no país.

Apesar desta carga crescente, a maioria dos casos continua a ser diagnosticada em fases avançadas, reduzindo significativamente as possibilidades de tratamento eficaz e aumentando a mortalidade.

Entre os principais desafios destacam-se a ausência de programas organizados de rastreio, o que contribui para o diagnóstico tardio da maioria dos casos, bem como a limitada capacidade de diagnóstico especializado, incluindo na área de anatomia patológica. Acresce a inexistência de serviços estruturados de tratamento oncológico no país, o que reforça a forte dependência de evacuações médicas externas para acesso a cuidados especializados.

Verifica-se igualmente um acesso irregular a medicamentos essenciais para o tratamento do cancro, aliado à escassez de recursos humanos especializados em oncologia. A estes constrangimentos soma-se a fraca cobertura de cuidados paliativos, limitando a resposta às necessidades dos doentes em fases avançadas da doença.

Adicionalmente, persistem desafios ao nível da literacia em saúde, do estigma associado ao cancro e do atraso na procura de cuidados.

As limitações nos sistemas de informação, nomeadamente a ausência de um registo oncológico nacional, dificultam a produção de dados fiáveis e o planeamento adequado da resposta.

Este cenário é agravado pelas características de São Tomé e Príncipe enquanto Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento, marcado por limitações estruturais, dependência externa e elevados custos logísticos.

**Sem uma resposta estruturada e baseada em evidência, a carga do cancro continuará a aumentar, com impacto significativo na saúde da população e na sustentabilidade do sistema de saúde.**

### 3. Justificação de uma Abordagem Integrada

O aumento da carga do cancro em São Tomé e Príncipe, associado ao diagnóstico tardio, à limitada capacidade de resposta e à forte dependência de evacuações médicas externas, evidencia a necessidade urgente de uma abordagem estruturada e coordenada.

Atualmente, a resposta ao cancro no país caracteriza-se por intervenções pontuais e fragmentadas, com lacunas significativas ao longo de todo o contínuo de cuidados — desde a prevenção e deteção precoce até ao tratamento e cuidados paliativos. A ausência de programas organizados de rastreio, a limitada capacidade diagnóstica e a inexistência de serviços oncológicos integrados resultam numa abordagem reativa, centrada em fases avançadas da doença, com custos elevados e impacto limitado na sobrevivência dos doentes.

Paralelamente, a forte dependência de evacuações médicas internacionais não só representa um encargo financeiro significativo para o Estado, como também limita o acesso equitativo aos cuidados, beneficiando apenas uma parte da população.

O controlo eficaz do cancro exige uma abordagem integrada e contínua, baseada em evidência, que articule ações de prevenção, diagnóstico precoce, tratamento e cuidados paliativos, assegurando qualidade e equidade no acesso aos serviços.

Adicionalmente, muitos dos fatores de risco associados ao cancro — incluindo consumo de álcool e tabaco, alimentação inadequada e infeções como o HPV — requerem intervenções coordenadas entre diferentes setores, reforçando a necessidade de uma abordagem intersectorial.

Neste contexto, o presente Plano Estratégico constitui um instrumento essencial para:

- estruturar a resposta nacional ao cancro;
- orientar investimentos de forma eficiente;
- reforçar a capacidade do sistema de saúde;
- reduzir desigualdades no acesso aos cuidados;
- melhorar os resultados em saúde.

**Uma abordagem integrada, coordenada e sustentada, é essencial para inverter a tendência crescente da mortalidade por cancro e garantir uma resposta equitativa e eficaz para a população.**

O presente Plano está alinhado com as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) para o controlo do cancro, adotando uma abordagem integrada ao longo de todo o contínuo de cuidados. Integra igualmente uma atenção específica ao cancro pediátrico e adolescente, reconhecendo a necessidade de melhorar o diagnóstico precoce, o acesso ao tratamento adequado e a continuidade dos cuidados para este grupo particularmente vulnerável.

#### **4. Visão, Missão e Objetivos Estratégicos**

A visão do Plano é que, até 2030, São Tomé e Príncipe disponha de um sistema capaz de garantir prevenção eficaz, diagnóstico precoce e acesso equitativo a cuidados oncológicos de qualidade, melhorando a sobrevivência e a qualidade de vida dos doentes.

A missão consiste em reduzir a carga do cancro através de intervenções integradas, baseadas em evidência e adaptadas ao contexto nacional.

**O objetivo central é reduzir a mortalidade prematura por cancro e melhorar a sobrevivência dos doentes até 2030.**

Para tal, foram definidos cinco objetivos estratégicos:

1. Reforçar a governação e coordenação do controlo do cancro
2. Reduzir a exposição aos fatores de risco e promover a prevenção
3. Melhorar o diagnóstico precoce e o acesso ao rastreio
4. Fortalecer a capacidade de tratamento e cuidados paliativos
5. Reforçar os sistemas de informação e a investigação em oncologia

#### **5. Eixos Estratégicos de Intervenção**

O Plano Estratégico Nacional para o Controlo do Cancro organiza-se em cinco eixos estruturantes que orientam a resposta nacional ao longo de todo o contínuo de cuidados, desde a prevenção até aos cuidados paliativos, em alinhamento com as recomendações da Organização Mundial da Saúde.

O **primeiro eixo** centra-se no **reforço da governação, liderança e sustentabilidade**, assegurando uma coordenação estratégica eficaz, liderança institucional clara e financiamento sustentável da resposta nacional ao cancro. Tem como elemento central o fortalecimento e operacionalização do Programa Nacional de Controlo do Cancro, responsável pela coordenação, monitorização e implementação do plano. Este eixo promove ainda a integração da oncologia nas políticas públicas de saúde, o reforço do enquadramento legal e normativo, a articulação intersetorial e o planeamento estratégico de recursos humanos e da cadeia de abastecimento, garantindo maior coerência, eficiência e sustentabilidade.

O **segundo eixo** dedica-se à **prevenção primária e promoção da literacia em saúde**, reconhecendo que a redução da incidência do cancro depende da atuação sobre fatores de risco modificáveis e determinantes sociais. Em articulação com o Plano Estratégico Multissetorial das Doenças Não Transmissíveis, este eixo reforça intervenções dirigidas ao consumo de álcool e tabaco, à alimentação e à atividade física, integrando igualmente a prevenção de infeções oncogénicas, com destaque para o HPV e a hepatite B. Inclui ainda o reforço da vacinação, a promoção da literacia em saúde, a mobilização comunitária e a

integração da prevenção do cancro nos serviços de saúde sexual e reprodutiva, contribuindo para a redução do risco e para a deteção mais precoce da doença.

O **terceiro eixo** foca-se no **rastreio e diagnóstico precoce**, com o objetivo de aumentar a deteção de lesões pré-cancerosas e de cancros em fases iniciais, melhorando os resultados clínicos e reduzindo a mortalidade. Assenta na implementação progressiva de estratégias de rastreio custo-efetivas, com destaque para o cancro do colo do útero, e no reforço da deteção precoce baseada em sinais e sintomas nos cuidados de saúde primários. Inclui o fortalecimento da capacidade dos profissionais de saúde para identificação e referenciação atempada de casos suspeitos, bem como a melhoria dos circuitos assistenciais, garantindo maior continuidade e eficiência no diagnóstico e encaminhamento dos doentes.

O **quarto eixo** aborda o **diagnóstico, tratamento e cuidados paliativos**, através de uma abordagem faseada, realista e alinhada com as recomendações da OMS para contextos de recursos limitados. Prioriza o desenvolvimento progressivo da capacidade nacional para a confirmação diagnóstica, incluindo a criação de serviços de anatomia patológica, bem como o acesso a intervenções terapêuticas essenciais, como cirurgia oncológica e quimioterapia básica padronizada para indicações selecionadas. Integra os cuidados paliativos como componente central e transversal, promovendo o controlo da dor e a melhoria da qualidade de vida. Este eixo prevê ainda a padronização de protocolos clínicos, a utilização racional das evacuações médicas e o recurso à telemedicina como suporte à decisão clínica.

O **quinto eixo** centra-se no **reforço dos sistemas de informação, vigilância e investigação**, reconhecendo o papel fundamental dos dados na melhoria da resposta ao cancro. Prevê o desenvolvimento progressivo do **Registo Oncológico Nacional**, a partir do fortalecimento dos registos hospitalares, bem como a integração da informação oncológica no sistema nacional de saúde. Este eixo inclui ainda a capacitação dos recursos humanos na área da informação, a promoção da investigação operacional e a utilização sistemática dos dados para apoiar o planeamento, a monitorização e a avaliação das intervenções, assegurando uma resposta baseada em evidência e orientada para resultados.

## **6. Modelo Nacional de Prestação de Cuidados Oncológicos**

São Tomé e Príncipe adota um modelo nacional de prestação de cuidados oncológicos assente numa abordagem integrada, progressiva e centrada na pessoa, estruturada ao longo de todo o contínuo do cancro e alinhada com as recomendações da Organização Mundial da Saúde.

Este modelo reconhece as limitações atuais do sistema de saúde e privilegia soluções exequíveis, custo-efetivas e sustentáveis, garantindo uma evolução gradual da capacidade nacional, com foco na equidade no acesso e na continuidade dos cuidados.

A organização da resposta ao cancro baseia-se num continuum de cuidados, que integra de forma articulada:

- promoção da saúde e prevenção primária, incluindo vacinação e redução de fatores de risco;

- deteção precoce e rastreio;
- diagnóstico clínico e laboratorial, incluindo anatomia patológica e imagiologia;
- tratamento oncológico essencial, desenvolvido progressivamente no país;
- seguimento e vigilância;
- cuidados paliativos e apoio psicossocial.

O modelo assegura um percurso assistencial contínuo, coordenado e centrado na pessoa, mesmo quando parte dos cuidados ocorre fora do país.

Os cuidados de saúde primários constituem a base do modelo, desempenhando um papel central na prevenção, deteção precoce, referência, acompanhamento e seguimento dos doentes, contribuindo para a redução de atrasos no diagnóstico e das desigualdades no acesso.

Os cuidados hospitalares, liderados pelo Hospital Central, assumem a função de referência nacional para confirmação diagnóstica, orientação terapêutica, articulação com serviços externos e desenvolvimento progressivo de capacidades oncológicas especializadas.

O modelo assenta ainda em circuitos eficazes de referência e contrarreferência, garantindo continuidade assistencial, melhor coordenação entre níveis de cuidados e seguimento estruturado dos doentes, incluindo após evacuação médica.

Os cuidados paliativos são integrados de forma precoce e transversal ao longo do percurso assistencial, assegurando controlo da dor, apoio psicossocial e melhoria da qualidade de vida dos doentes e suas famílias.

O modelo incorpora igualmente uma abordagem específica para o cancro infantil e adolescente, reconhecendo a necessidade de diagnóstico precoce, referência prioritária, coordenação de cuidados e articulação com redes internacionais, em alinhamento com as iniciativas globais da OMS.

A definição de cancros prioritários, incluindo colo do útero, mama, próstata e colorretal, bem como o cancro pediátrico, orienta a organização dos serviços, a alocação de recursos e a implementação das intervenções, assegurando maior impacto em saúde.

O modelo é sustentado por sistemas de suporte essenciais, incluindo o desenvolvimento progressivo do Registo Oncológico Nacional, o reforço das competências dos recursos humanos e a utilização da evidência para a tomada de decisão.

**Este modelo constitui a base operacional para a implementação do Plano Estratégico, assegurando uma resposta organizada, equitativa e sustentável ao cancro em São Tomé e Príncipe.**

## **7. Resultados Esperados e Impacto**

A implementação deste Plano permitirá alcançar ganhos significativos em saúde e desenvolvimento para São Tomé e Príncipe.

Espera-se uma redução progressiva da mortalidade por cancro, impulsionada pelo aumento do diagnóstico precoce e pela melhoria do acesso a cuidados oncológicos essenciais. O reforço da capacidade nacional de resposta permitirá, simultaneamente, aumentar a sobrevivência dos doentes e melhorar a sua qualidade de vida.

O fortalecimento da deteção precoce e da continuidade dos cuidados contribuirá para a diminuição dos casos diagnosticados em fases avançadas, reduzindo a necessidade de tratamentos complexos e a dependência de evacuações médicas externas.

Paralelamente, o Plano contribuirá para a redução do impacto económico do cancro nas famílias e no sistema de saúde, através de uma abordagem mais preventiva, eficiente e sustentável.

**Investir no controlo do cancro é investir na vida, na produtividade e no futuro de São Tomé e Príncipe.**

No seu conjunto, estes resultados reforçarão o capital humano, aumentarão a produtividade e contribuirão para um desenvolvimento mais equitativo e sustentável do país.

## **8. Monitorização, Avaliação e Uso de Dados**

O Plano integra um sistema robusto de monitorização e avaliação, com indicadores definidos e mecanismos de reporte regulares, permitindo acompanhar o progresso das intervenções e avaliar os resultados alcançados.

O desenvolvimento progressivo do Registo Oncológico Nacional constitui um elemento central deste sistema, assegurando a produção de dados fiáveis sobre incidência, mortalidade e sobrevivência, essenciais para o planeamento e a tomada de decisão.

Paralelamente, a investigação em oncologia, com enfoque operacional e aplicado, desempenha um papel fundamental no reforço da resposta nacional. A análise sistemática dos dados, a avaliação das intervenções implementadas e a produção de evidência adaptada ao contexto do país permitirão melhorar continuamente a qualidade dos serviços e orientar a definição de políticas mais eficazes.

A articulação com instituições nacionais e internacionais, bem como a capacitação dos recursos humanos na área da informação e investigação, contribuirão para o desenvolvimento de uma cultura de decisão baseada em evidência.

No seu conjunto, estes mecanismos permitirão reforçar a transparência, a responsabilização e a eficácia da implementação, assegurando uma resposta baseada em evidência e orientada para resultados, em alinhamento com os objetivos estratégicos do Plano.

## **9. Investimento Estratégico**

O controlo do cancro constitui um investimento estratégico para o país.

A aposta na prevenção, diagnóstico precoce e tratamento essencial permitirá reduzir custos futuros com tratamentos complexos, evacuações médicas e perda de produtividade.

O Plano orienta a mobilização de recursos nacionais e internacionais, promovendo uma utilização mais eficiente e sustentável dos investimentos em saúde.

## **10. Apelo à Ação**

O sucesso deste Plano exige liderança política, financiamento sustentável e ação coordenada de todo o Governo.

Para tal, é necessário:

- **Integrar o controlo do cancro nas prioridades nacionais**
- **Reforçar a capacidade do sistema de saúde**
- **Mobilizar recursos e parcerias**
- **Promover o envolvimento ativo da população**

**Este compromisso deve traduzir-se em ação concreta, através da integração efetiva das prioridades do cancro nos planos e orçamentos setoriais.**